



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MAGISTRATURA JUDICIAL: PRIMANDO PELA *COMPETÊNCIA PROFISSIONAL*

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA TOMADA DE POSSE DA VENERANDA JUÍZA CONSELHEIRA FELICIDADE SANDRA MACHATINE TEN JUA.

MAPUTO, 30 DE JUNHO DE 2021

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Venerando Vice-Presidente do Tribunal Supremo;

Senhora Ministra na Presidência para os Assuntos da Casa Civil;

Senhor Secretário-Geral do Tribunal Supremo;

Senhora Secretária-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial;

Veneranda Juíza Conselheira do Tribunal Supremo;

Venerando Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo Jubilado;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Distintos convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

As minhas primeiras palavras são dirigidas a todos os presentes nesta cerimónia de tomada de posse da Veneranda Juíza Conselheira do Tribunal Supremo, **Dra Felicidade Sandra Machatine Ten Jua**, que atinge o topo da carreira da magistratura judicial e passa a integrar a fina flor da equipa que constitui este órgão.

O acto que acabámos de testemunhar decorre do mérito próprio da empossada conquistado ao longo da sua carreira virtuosa. Tendo ingressado na magistratura judicial como Juíza de Direito, a Dra. Sandra foi posteriormente promovida para a categoria de Desembargadora, e nessa qualidade eleita pelos seus pares para membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial, órgão de gestão e disciplina da classe.

Trata-se de uma Juíza Conselheira com larga experiência, que tem passagem pelos Tribunais da Cidade de Maputo, pelo Tribunal Superior de Recurso de Nampula e pelo Tribunal Judicial da Província de Gaza, tendo neste último exercido a função de Presidente do Tribunal Provincial.

Agora, por via de concurso público, alcançou o cargo de Juíza Conselheira, onde irá ocupar a vaga que será deixada pelo Juiz Conselheiro, Jubilado, o Venerando Doutor Joaquim Luís Madeira.

Estamos, por isso, convictos de que domina os vários constrangimentos que enfermam o sistema de Administração de Justiça e que a sua integração na equipa de Juizes Conselheiros do Tribunal Supremo constituirá uma mais valia na interpretação das normas jurídicas, na concretização do Direito, bem como no aprimoramento do sistema.

Cara Família da Justiça;

Conscientes de que a paz social e a consolidação do Estado de Direito Democrático, dependem de uma justiça íntegra, célere, credível e livre de burocracias, o Governo continua a envidar esforços para encontrar soluções que imperam o bom funcionamento da máquina da justiça.

A meta é alcançar com perfeição este desiderato que só será atingido com o empenho abnegado de todos, principalmente o vosso, por serem os principais actores.

Auguramos que continuem a ser um judiciário proactivo na defesa das garantias constitucionais, no exercício dos direitos fundamentais, mas também um judiciário cada vez mais empenhado no combate sem tréguas à criminalidade organizada como o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos, o terrorismo, a corrupção, o branqueamento de capitais, os raptos, entre outros tipos de crime.

É importante que haja uma coesão funcional, enquanto depositários dos valores da justiça, de convivência harmoniosa e pacífica entre os cidadãos e na procura de

soluções para fazer frente aos desafios actuais que o país enfrenta, como os ataques terroristas em partes da Província de Cabo Delgado, os ataques de homens armados na Zona Centro do país, bem como a pandemia da COVID-19.

Esta realidade obriga os operadores de justiça a um exercício intelectual acrescido aquando do processo de aplicação do Direito aos casos sujeitos à sua apreciação e decisão, comprometendo a celeridade processual e a consequente insatisfação do cidadão.

Recomendamos para que o sector explore ao máximo o processo de reformas profundas do Direito e da justiça em curso, visando adequá-los aos novos desafios, tendo em atenção as exigências sociais e da aldeia global na qual estamos inseridos.

Com efeito, testemunhámos recentemente a reforma legislativa em matéria penal aprovado pela Assembleia da República, cujo fim último é a simplificação e redução dos actos processuais no procedimento penal, melhoria do Código Penal e a aprovação de legislação específica de Execução das Penas.

Constitui ainda nosso apelo aos magistrados no sentido de continuarem a dedicar-se com zelo e abnegação, perseverando no cumprimento das atribuições legais e abstendo-se de práticas prejudiciais que comprometam o desempenho quantitativo e qualitativo.

O acesso à justiça é mais do que o acesso físico aos tribunais, por isso, desafiamos o judiciário a ser mais aberto, a comunicar mais e acima de tudo, a fazer-se entender nas suas decisões.

É importante terem em conta a Sociologia do Direito, por forma a melhor entenderem a forma de ser e de estar das nossas comunidades e quais os seus verdadeiros anseios quando se referem à justiça.

Caros Presentes!

Permitam-me, antes de concluir que deixe breves palavras ao Venerando Juíz Conselheiro **Joaquim Luís Madeira**, ora Jubilado.

O Doutor Joaquim Luís Madeira, Homem de reconhecido mérito, conhecido pela sua verticalidade, foi um dos integrantes do primeiro grupo de magistrados judiciais e do Ministério Público no período que se sucedeu ao nascer da Nação Moçambicana, a 25 de Junho de 1975.

Ao longo da sua trajectória profissional, ascendeu ao cargo de Procurador Geral da República, dando sempre o seu inestimável contributo para a edificação do Estado de Direito Democrático.

Por este motivo, queremos aproveitar esta ocasião para publicamente felicitar-mos e agradecer-mos pelos seus feitos, dedicação e trabalho abnegado prestado para o crescimento e consolidação da administração da justiça moçambicana.

Saiba, Venerando Juíz Conselheiro, que a magistratura judicial continuará a contar com os seus sábios conhecimentos e o seu apoio incondicional na transmissão de saberes técnico-jurídicos e de vida, não só aos Juízes Conselheiros, mas também aos magistrados mais novos. Uma vez magistrado, será sempre magistrado.

Cara Empossada,

De agora em diante, entrará para uma nova categoria da família do judiciário. Certamente que, apesar da longa experiência que transporta, encontrará algumas dificuldades próprias dos primeiros momentos de adaptação, principalmente devido a complexidade das novas matérias que passará a tratar.

A chave do seu sucesso residirá, entre outras, na sua humildade, partilha e espírito de colaboração com todos os Venerandos Juízes Conselheiros e a vasta equipa de colaboradores do Tribunal Supremo.

Estamos seguros, que a sua família profissional não a desampará e a biológica continuará a prestar o apoio moral necessário para o desempenho cabal das suas novas funções. Desejo muita saúde e votos de sucessos na carreira profissional que agora inicia.

Termino, fazendo votos:

- À celeridade processual e ao acesso à Justiça;
- À consolidação do Estado de Direito Democrático;
- À Saúde dos nossos compatriotas; e
- Ao Desenvolvimento de Moçambique!

Muito obrigado pela atenção dispensada!